



ELABORANDO MEMÓRIAS DO DOI-CODI/SP

Financiamento PRP Faepex - Unicamp
DDH - Unicamp

Coordenação Cláudia Regina Plens [Responsável]
Arqueologia Forense (UNIFESP)
Andrés Zarankín
Arqueologia da Repressão e da Resistência (UFMG)
Aline Vieira de Carvalho
Arqueologia Pública (UNICAMP)

Pesquisadores Associados Dra. Caroline Lemos (UFMG)
Dra. Deborah Neves (UPPH, São Paulo)
Dra. Fernanda Luiza Teixeira Lima (UNICAMP)
Dr. Silvio Oksman (USP)

Autoras Dra. Caroline Lemos
Dra. Fernanda Luiza Teixeira Lima

Equipe Arqueologia Pública Aline Vieira de Carvalho
Caroline Murta Lemos
Cláudia Cristina Hoffmann
Danuta Hilaria Rodrigues
Elton Rigotto Genari
Fernanda Luiza Teixeira Lima
Patrícia Cristina Bertozzo
Tuanny Lima Victor

Revisão Aline Vieira de Carvalho
Caroline Murta Lemos
Elton Rigotto Genari
Fernanda Luiza Teixeira Lima

Glossário Patrícia Cristina Bertozzo

Projeto Gráfico Luisa Vasconcellos Rodrigues

ARQUEOLOGIAS DO DOI-CODI DO II EXÉRCITO DE SÃO PAULO: LEITURAS PLURAIS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA

ELABORANDO MEMÓRIAS DO DOI-CODI/SP

PARCERIAS



REALIZAÇÃO



APOIO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lemos, Caroline; Lima, Fernanda Luiza T.

Elaborando memórias do DOI-CODI/SP [livro eletrônico] / Caroline Lemos, Fernanda Luiza Teixeira Lima ; coordenação Cláudia Regina Plens, Andrés Zarakin, Aline Vieira de Carvalho. -- Brasília, DF : Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-981786-0-4

1. Arqueologia 2. Brasil - História 3. Brasil - Política e governo 4. Ditadura militar I. Lima, Fernanda Luiza Teixeira. II. Plens, Cláudia Regina. III. Zarakin, Andrés. IV. Carvalho, Aline Vieira de. V. Título.

23-179120

CDD-320.98108

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ditadura militar : História política
320.98108

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

*A memória é ato, ação que se dá no presente
e se articula às políticas do agora.¹*

(Marcio Selligman Silva, 2017)

¹ SELIGMANN-SILVA, Marcio. 2017. Texto do curador HIATUS:
A Memória da Violência ditatorial na América Latina. Projeto
Hiatus: a (des)memória das ditaduras na América Latina Hoje.

SUMÁRIO

08	Apresentação	33	Mapa 02: Centros de detenção da ditadura militar brasileira que já foram estudados na Arqueologia
09	Proposta metodológica	34	Tabela 01: Centros de Detenção e Pesquisas Arqueológicas
10	Objetivos	36	Escavando o DOI-Codi/SP
10	A ditadura militar brasileira, os centros de detenção e os DOI-Codis	39	Atividade 02: Analisado imagens: as materialidades do DOI-Codi/SP no passado e no presente
19	Atividade 01: Analisado o documento	42	Atividade 03: De olho no passado, no presente e no futuro
20	Como funcionavam os DOI-Codis?	44	Especial: Cordão da Mentira (2023), por Nair Benedicto
22	A Paisagem Repressiva da cidade de São Paulo	46	Anexo 01: Alguns resultados sobre a pesquisa arqueológica
24	Mapa 01: Equipamentos de Repressão e Centro de Detenção de Militantes em São Paulo	48	Atividade 04: Explorando vestígios do DOI-Codi/SP
26	Linha do Tempo do DOI-Codi/SP: Principais Acontecimentos	50	Glossário
28	Como as materialidades do DOI-Codi/SP foram utilizadas para reprimir os presos?	51	Referências
32	Qual a relação entre a Arqueologia e os espaços de memória?		

APRESENTAÇÃO

“Elaborando Memórias do DOI-Codi/SP”, realizado pela equipe de arqueologia pública do projeto *Arqueologias do DOI-Codi do II Exército (São Paulo): leituras plurais da repressão e da resistência*, é uma proposta didática para trabalhar com jovens a partir de 14 anos em salas de aula do 9º ano ao 3º ano do Ensino Médio, a partir de diferentes setores de aprendizagem.

Convidamos a conhecer a história do DOI-Codi de São Paulo, um órgão de repressão instaurado durante o período da ditadura militar no Brasil, e descobrir como a arqueologia pode nos ajudar a narrar eventos históricos, além de entender os impactos sociais e políticos no passado e no presente do período autoritário em nossa história.

Esta proposta educativa busca fazer a mediação entre as memórias silenciadas no espaço do antigo DOI-Codi/SP, na cidade de São Paulo, e a significação que os jovens fazem pelo seu presente. Relacionar o passado com as experiências pessoais e coletivas é, em si mesmo, um ato de cidadania que, a partir da escola, contribui para a formação da reflexão e da interpretação que os alunos fazem da história recente, de modo a aprenderem com ela e a reforçarem atitudes democráticas.

Por que fazer memória para os direitos humanos?

Estimular a memória, compartilhá-la entre os indivíduos e relembrar em conjunto são aspectos da educação que apresentam um desafio para a formação ética dos cidadãos. A **capacidade de recordar** permite que estejamos alertas para diversas formas de violência, discriminação, xenofobia, racismo, marginalização e outras expressões de intolerância. A presença da memória na sala de aula auxilia o aluno a desenvolver seu **senso moral**, seus **ideais**, seu **pensamento crítico** e a **liberdade de expressão**, bem como a adotar atitudes de **respeito à diversidade**.

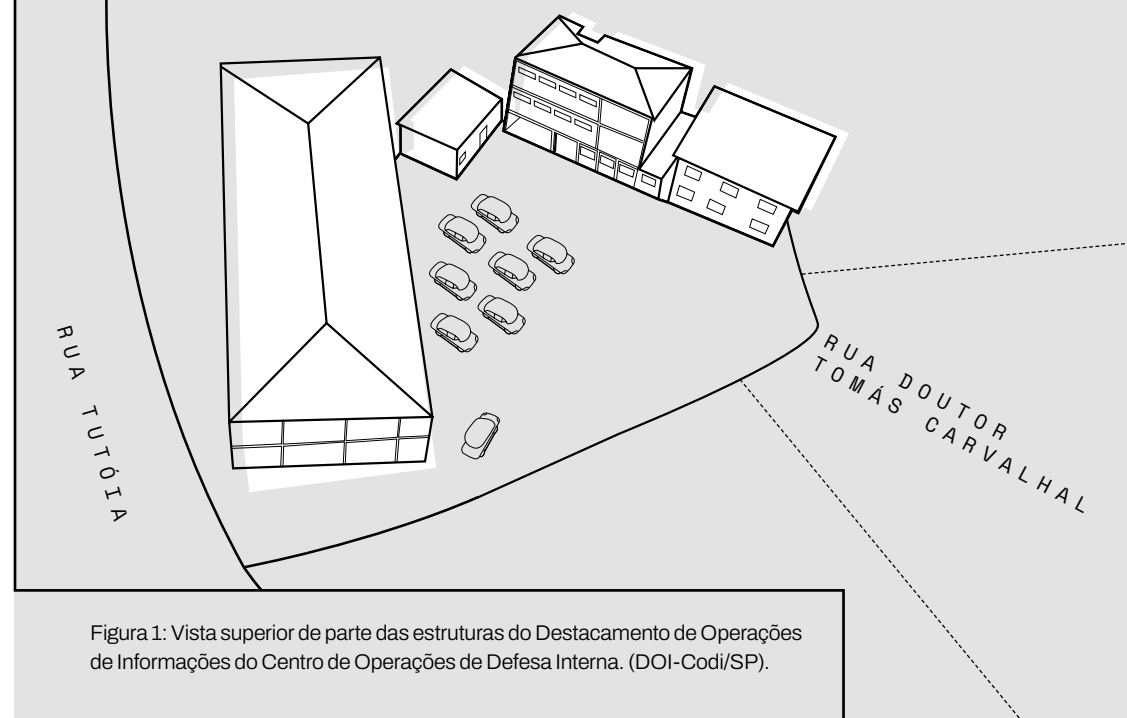


Figura 1: Vista superior de parte das estruturas do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna. (DOI-Codi/SP).

Proposta Metodológica

Incentivar a compreensão das múltiplas marcas existentes no território local ligadas à última ditadura civil-militar (1964-1985), na perspectiva da história recente e da memória compreendida como um processo de construção social.

Objetivos

- **Compreender o papel do DOI-Codi** de São Paulo na ditadura militar brasileira e **discutir sua relevância atual**.
- Desenvolver estratégias que estimulem a reflexão sobre a **memória coletiva no seu meio urbano** e reconhecer como os espaços urbanos podem apagar ou tornar visíveis os vestígios do passado na dinâmica da convivência cotidiana na cidade.
- Desenvolver, a partir da análise de fontes primárias e secundárias, o seu **próprio posicionamento** em relação à construção da memória coletiva da ditadura.
- Refletir sobre a sua **responsabilidade enquanto cidadão**, contribuindo com ideias e iniciativas para a reflexão e construção da memória local.

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA, OS CENTROS DE DETENÇÃO E OS DOI-CODIS

A ditadura militar no Brasil (1964-1985)

A ditadura militar brasileira foi marcada pela restrição dos direitos civis e por milhares de casos de violações aos direitos humanos. Por meio da **utilização sistemática da violência**, o estado ditatorial tentou instaurar terror e medo na população para **silenciar e oprimir qualquer tipo de descontentamento e oposição ao governo**. Para isso, o regime militar criou um sofisticado sistema repressivo, formado por grupos paramilitares, serviços de inteligência e centros de detenção oficiais e clandestinos, que tinham como objetivo **coletar informações sobre seus opositores, que eram sequestrados, presos ilegalmente, torturados e, em muitos casos, mortos**.



Figura 2a: Estudante de medicina durante protesto na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 1968. Foto: Evandro Teixeira.



Figura 2b: Homem é arrastado pela polícia, nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, em 1968. Foto: Evandro Teixeira.

Alguns números da ditadura

Segundo os dados levantados pela “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (CEMDP, 2007), **50 mil pessoas foram detidas** nos primeiros meses do regime militar, e ao longo de todo o período **10 mil pessoas foram exiladas**. O “Projeto Brasil: Nunca Mais” levantou mais de **6 mil casos de tortura** que ocorreram **de 1964 até 1977** no país (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985). Além disso, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresentou **423 casos de desaparecimento forçado e morte política** (CNV, 2014).

Esses dados demonstram que, para compreender o funcionamento e as consequências sociopolíticas deste regime, é necessário conhecer os **mecanismos de aplicação da violência política estatal que tiveram os centros de detenção (dentre eles, o DOI-Codi/SP) como seus principais agentes e fomentadores**. Para a composição dessa memória, usamos a cultura material e os relatos dos presos políticos; sujeitos fundamentais para a entendermos tanto os mecanismos do regime repressivo e às reações a ele.

Os centros de detenção ditatoriais e a tortura

As pessoas consideradas suspeitas pelo estado de se oporem ao regime eram levadas aos centros de detenção, onde ficavam presas ilegalmente, eram interrogadas/torturadas e, em vários casos, como vimos nos números apresentados acima, mortas. Esses órgãos também eram responsáveis pela obtenção, produção e gerenciamento de informações sobre os “inimigos” do estado. Sendo assim, esses aparatos estatais possuíam um papel central no sistema repressivo da ditadura, pois, dentro da lógica deste regime, não era possível combater o “inimigo” sem conhecê-lo.

As informações sobre as possíveis ameaças ao regime eram obtidas por meio do interrogatório/tortura dos presos políticos. Mariana Joffily (2008) afirma que os interrogatórios e a análise de informação foram o “coração” das atividades do DOI-Codi de São Paulo. A CNV confirma essa ideia:

A tortura passou a ser sistematicamente empregada pelo Estado brasileiro desde o golpe de 1964, seja como método de coleta de informações ou obtenção de confissões (técnica de interrogatório), seja como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação). (...) Foi usada com regularidade por diversos órgãos da estrutura repressiva, entre delegacias e estabelecimentos militares, bem como em estabelecimentos clandestinos em diferentes espaços do território nacional (CNV, 2014: 343).

Ou seja, o **suplício corporal** foi um aspecto fundamental do cotidiano dos centros de detenção da ditadura militar e a tortura foi um instrumento utilizado de **forma sistemática para obter informações por meio da destruição da identidade e da disciplina dos detentos.**

A tortura “(...) é utilizada para destituir a subjetividade de alguém e produzir, forjar uma outra, para que este outro eu, possa confessar.” (Teles, 2011: 171).



Figura 3: Ilustrações de Bruno Saron. Fonte: Revista Vice.

O papel das materialidades dos centros de detenção na repressão política

Os espaços dos centros de detenção ditatoriais possuíam um caráter disciplinar que buscava a desconstrução identitária dos presos por meio do suplício corporal, pois a tortura e a análise de informação foram as atividades fundamentais desses órgãos. Entretanto, a tentativa de anulação das convicções políticas do preso e sua conversão forçada para os ideais da ditadura não ocorria apenas nas sessões de interrogatório e tortura propriamente ditas. **Todo o processo de detenção dessas pessoas envolveu variados tipos de violência física e psicológica.**

Mas por quê?

Porque se sabia que o ambiente e o cotidiano do preso precisavam ser manipulados para desestabilizá-lo e afetar seu senso de identidade, assim como os referenciais temporais mínimos (dia e noite; semana e meses; entre outros), garantindo que os interrogadores tivessem mais chances de alcançar seus objetivos durante as sessões. Para isso, os centros de detenção utilizavam várias táticas repressivas e de controle, baseadas em estímulos e privações sensoriais específicas.

Quais eram as estratégias empregadas?

Muitas das estratégias empregadas estão presentes no manual de interrogatório da CIA chamado de ***Kubark Counterintelligence Interrogation***, de 1963, que foi utilizado na Escola das Américas, onde diversos militares brasileiros foram treinados. Ele foi traduzido e adaptado dando origem ao “**Manual de Interrogatório do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971**”, que circulou entre as camadas intermediárias e superiores da hierarquia repressiva brasileira.

ACESSE O MANUAL DO INTERROGATÓRIO DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO (CIE) PELO LINK:

🔗 www.revistas.ufpr.br/historia/article/view/2742/2279

No “Manual de Interrogatório” do CIE (1971) consta que causar desconforto constante nos detentos é uma forma de pressioná-los, causando fadiga mental e física, para torná-los mais dependentes do interrogador.

Várias estratégias utilizadas nos centros de detenção atendiam a esse propósito, como submeter os prisioneiros a um ambiente: pequeno e, muitas vezes, lotado, com possibilidade de mobilidade reduzida; muito quente ou muito frio; sem ventilação ideal; imundo; sem instalações sanitárias de qualidade; com luzes constantemente acesas ou muito escuro; e sem móveis ou com móveis precários.

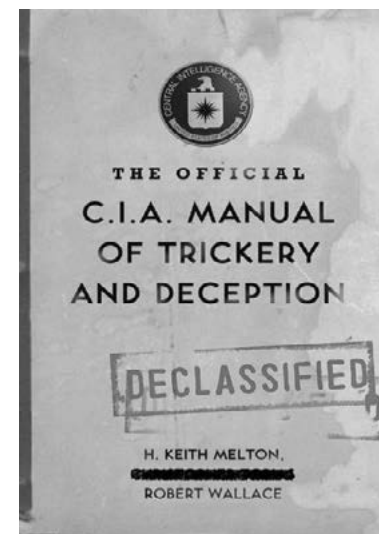
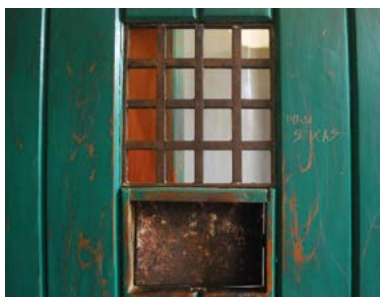


Figura 4: *The Official CIA Manual of Trickery and Deception*. Fonte: Amazon.²

Como eram as instalações e alimentação dos presos?

A criação de um ambiente desconfortável por meio da manipulação dessas variáveis fragilizava extremamente os presos que não conseguiam descansar adequadamente e permaneciam em um estado de higiene pessoal e de saúde bem limitado. Essa situação era agravada pela alimentação de baixa qualidade e pela privação alimentar que serviam para enfraquecer os prisioneiros. De acordo com o manual do CIE, os presos deviam “(...) receber o mínimo de água e alimentos suficientes para conservá-los num razoável estado de saúde.” (1971: 212).

² Disponível em: [/www.amazon.com.br/Official-CIA-Manual-Trickery-Deception/dp/0061725900](http://www.amazon.com.br/Official-CIA-Manual-Trickery-Deception/dp/0061725900).



Figuras 5a e 5b: Fotos da reconstituição de uma porta da carceragem do DEOPS/SP presente no Memorial da Resistência de São Paulo. Foto: Lemos (2019)

Como funcionava o sistema de vigilância?

Outra variável comum no funcionamento dos centros de detenção foi a possibilidade de **vigilância constante dos presos, que se refletiu na forma como a espacialidade desses locais foi configurada e utilizada.**

Esses aparelhos repressivos se apresentavam com poucas opções de rotas de movimentação e com corredores ou cômodos específicos que funcionavam como pontos de controle.

Esses órgãos também possuíam uma distribuição específica de seus cômodos: os locais com funções burocráticas, logísticas ou de circulação geralmente eram os mais acessíveis, enquanto as celas e, principalmente, as salas de tortura eram os aposentos com o maior grau de isolamento. Isso não só diminuía as chances de fuga como preservava a privacidade das atividades que eram desenvolvidas nesses espaços, algo crucial por se tratar de órgãos de segurança.

Exemplo: A pequena janela presente nas portas das celas do DEOPS/SP, como vemos nas fotos ao lado, garantia o monitoramento sobre os presos, pois a qualquer momento o carcereiro poderia utilizá-la para averiguar o que acontecia dentro desses espaços. Essa possibilidade constante e permanente de vigilância servia também para desencorajar os presos de fazer qualquer ação indesejada, como, por exemplo, se comunicar com pessoas presentes em outras celas.



Figura 6: Sede do DOI-Codi no Rio de Janeiro, instalada no quartel da Polícia do Exército, no bairro da Tijuca.

A origem dos DOI-Codis

A origem dos DOI-Codis está diretamente ligada ao “endurecimento” da repressão política do regime militar. Nesse cenário, os DOI-Codis representaram o aprimoramento e a especialização da repressão, que se mostrou um projeto da **Operação Bandeirante (OBAN)**. Devido à inexperiência do Exército em Operações de Informações e sua dificuldade no combate efetivo das ações armadas da oposição, a OBAN foi criada extra-oficialmente, em **1º de julho de 1969**. Financiada por multinacionais como Ultra, Ford e General Motors³.

A Operação, sob o comando do II Exército, funcionou a partir de ações conjuntas e integradas entre as três **Forças Armadas**, o **DEOPS/SP**, a **Polícia Civil**, a **Polícia Militar** e o **Departamento da Polícia Federal**.

³ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, p.127, Disponível em: www.cnv.gov.br.

ASSISTA AO DOCUMENTÁRIO “CIDADÃO BOILESEN” QUE ABORDA O PAPEL DOS EMPRESÁRIOS NO FINANCIAMENTO DA REPRESSÃO POLÍTICA:

🔗 www.youtube.com/watch?v=Pp0jYedMltQ

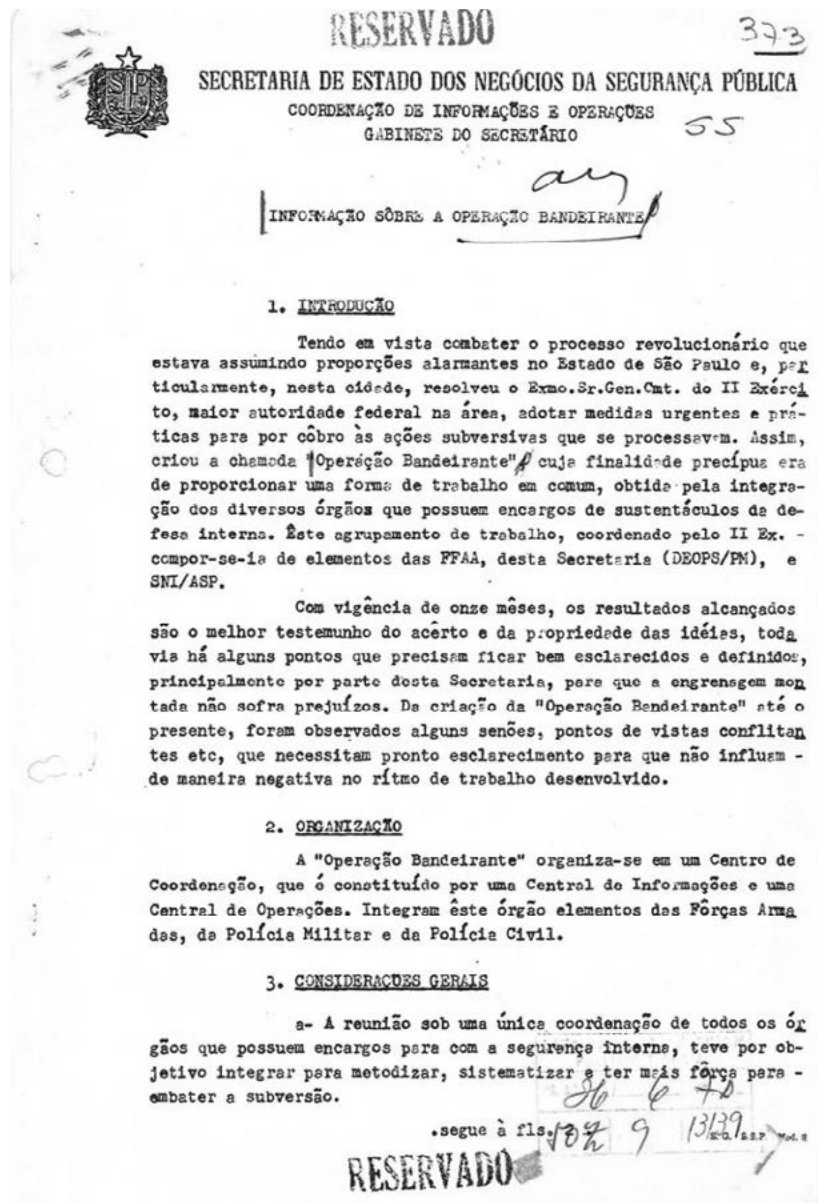


Figura 7: Relatório sobre os onze meses de funcionamento da OBAN.
Fonte: Memorial da Democracia.⁴



ATIVIDADE 01

ANALISANDO O DOCUMENTO

01. Quem é o autor ou a instituição responsável pelo documento?
02. Qual é o assunto principal abordado no documento?
03. Por que foi criada a “Operação Bandeirante”?
04. Quais eram os objetivos da “Operação Bandeirante”?
05. Quais instituições faziam parte da organização da “Operação Bandeirante”?
06. De acordo com o documento, como foram os resultados alcançados pela operação até o momento?
07. Quais são as considerações gerais apresentadas no documento?
08. Por que foi criado um Centro de Coordenação para a “Operação Bandeirante”?
09. Qual era o objetivo de reunir todos os órgãos responsáveis pela segurança interna sob uma única coordenação?

COMO FUNCIONAVAM OS DOI-CODIS?

O sucesso da OBAN na “luta contra a subversão” levou à implementação desse tipo de aparelho repressivo em escala nacional, surgindo então os DOI-Codis⁵. Em 1970 o país começou a ser dividido em **Zonas de Defesa Interna** (ZDIs) e a segurança de cada uma delas era responsabilidade de um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), chefiado por um comandante do Exército. Os CODIs tinham como objetivo planejar, coordenar e controlar ações ligadas à defesa interna de suas ZDIs, enquanto os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), submetidos aos CODIs, tinham como objetivo executar tais ações e medidas, torturando, interrogando, sequestrando e matando enquanto mantinham uma **aparência de legalidade**.

Os DOI-Codis, assim como a OBAN, apesar de serem comandados pelo Exército, eram compostos por membros das três Forças Armadas e das polícias civis, militares e federal sendo que os cargos de chefia internos eram ocupados apenas por militares. Os DOI-Codis também integravam os esforços dos diferentes órgãos repressivos de cada ZDI e centralizavam as informações a respeito da segurança nacional e das organizações de oposição nas mãos do Exército. Os DOI-Codis tinham a mesma função que a OBAN, centralizar e comandar o combate aos “subversivos” em suas áreas territoriais, tendo também preferência na realização dos interrogatórios dos presos políticos, encaminhando-os posteriormente para as delegacias, onde eram abertos os inquéritos.

Como ocorria antes na OBAN, as capturas não se davam por meio de ordens de prisão, sendo, portanto, ilegais, assim como os interrogatórios, que eram sessões de tortura. Além do mais, durante toda a estadia nos DOI-Codis, os presos permaneciam incomunicáveis, à mercê da violência política, sem nenhum tipo de proteção.

Para completar, os DOI-Codis não possuíam estruturas e organização fixas, eles se adaptavam de acordo com a atuação dos grupos de resistência e não tinham que se submeter à burocracia como os outros

⁵ “Em 1970, em cumprimento à Diretriz Presidencial de Segurança Interna, foram criados, pelo Exército brasileiro, os seguintes DOI-Codis: do I Exército, no Rio de Janeiro (então estado da Guanabara); do II Exército, em São Paulo (SP), do IV Exército, em Recife (PE); e do Comando Militar do Planalto, em Brasília (DF). Em 1971, foram criados os DOI-Codi da 5a Região Militar, em Curitiba (PR); da 4a Divisão de Exército, em Belo Horizonte (MG); da 6a Região Militar, em Salvador (BA); da 8a Região Militar, em Belém (PA); e da 10a Região Militar, em Fortaleza (CE). Em 1974, foi criado o DOI-Codi do III Exército, em Porto Alegre (RS).” (CNV, 2014: 138-139).

órgãos, sendo organizações dinâmicas e ágeis. Com isso, os DOI-Codis se tornaram os principais e mais articulados órgãos de repressão da ditadura, passando a ocupar uma **posição central na repressão política**, assim como nas **denúncias de violações de direitos humanos**.

Embora não haja uma lista completa do número de vítimas dos DOI-Codis, é importante destacar que essas unidades eram responsáveis por práticas sistemáticas de tortura e repressão contra opositores políticos.

Além do DOI-Codi de São Paulo, mencionado anteriormente, existiram outros DOI-Codis notórios:

DOI-Codi do Rio de Janeiro: Localizado no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, foi um dos principais centros de detenção e tortura do país durante o regime militar.

DOI-Codi do Pernambuco: Situado no Bairro Boa Vista, em Recife, foi responsável por numerosas violações aos direitos humanos durante o período ditatorial.

DOI-Codi do Comando Militar do Planalto: Localizado na capital federal, também desempenhou um papel ativo na repressão política.⁶

Para a CNV (2014), de todos os DOI-Codis o mais ativo foi o de São Paulo. Ele foi o que obteve o maior número de denúncias de tortura (382 denúncias, mais 344 da OBAN que o antecedeu) e pelo menos 17% dos casos de mortes e desaparecimentos políticos que aconteceram durante a ditadura militar brasileira estão relacionados à ação do órgão. Localizado na Rua Tutóia, nº 921, ele funcionou de 1970 a 1982 e sua estrutura e funcionamento serviram de modelo para os outros DOI-Codis do país.

⁶ Em relação ao DOI-Codi em Brasília, ele funcionou no PIC no Bairro Militar Urbano, mas também tinha salas no Ministério do Exército na Esplanada.

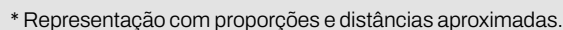
A PAISAGEM REPRESSIVA DA CIDADE DE SÃO PAULO

O DOI-Codi/SP não foi o único órgão do estado que teve relevância nacional no sistema repressivo da ditadura. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, que funcionou na av. Largo General Osório, nº 66, na capital, foi outro ator importante na investigação, sequestro, aprisionamento, tortura e assassinato de pessoas consideradas opositoras ao regime em diferentes regiões do país.

A origem dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) é bem anterior à ditadura militar. Eles foram criados nas décadas de 20 e 30, em um contexto político influenciado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa, pelo Movimento Tenentista e pela criação do PCB (1922) (BAUER, 2007). Na República Velha, quando os valores democráticos ainda não estavam sedimentados (NEVES, 2014), durante as décadas de 10 e 20, a elite política e econômica se viu ameaçada pela intensificação de movimentos trabalhistas, anarco-sindicalistas e comunistas, que foram então considerados como **perturbações da ordem social e política** e, logo, como “caso (problema) de polícia” (AQUINO, 2002; CNV, 2014; FECHER, 2016; NEVES, 2014). Sendo assim, foram criados nos estados brasileiros, em diferentes datas pelos seus respectivos governos, os DOPS, polícias políticas com o objetivo de combater qualquer movimento, grupo, comportamento e indivíduos considerados nocivos à ordem sociopolítica (BAUER, 2007).

No caso de São Paulo, foi em 30 de dezembro de 1924, com a Lei 2034, que a Delegacia de Ordem Política e Social do estado foi criada para, exclusivamente, vigiar e reprimir todos os “suspeitos” por eventuais desordens políticas e sociais (AQUINO, 2002). O DEOPS/SP foi o DOPS mais importante do aparelho repressivo da ditadura militar, pois além de contar com o mais extenso e bem estruturado arquivo do país, ele contava com uma equipe técnica qualificada com experiência na vigilância e repressão política, com o apoio da elite e com uma relação já duradoura com as Forças Armadas e com o Conselho de Segurança Nacional (CNV, 2014; FECHER, 2016). Não à toa, de acordo com os dados levantados pelo “Projeto Brasil: Nunca Mais” (1985), ele também foi o DOPS do país com o maior número de denúncias de tortura nesse período.

Por isso não é de se estranhar que São Paulo, depois do Rio de Janeiro, tenha sido o estado no país com o maior número de denúncias de tortura durante a ditadura, com 1370 casos (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985). Esses dados demonstram que **São Paulo foi um importante polo repressor do sistema ditatorial**, contando com diversos órgãos que se espalhavam pela capital, formando uma paisagem repressiva da qual o DOI-Codi/SP fazia parte.



14 **PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL**
Av. Zaki Narchi, 1247

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DOI-CODI/SP

1969

JUL. 1969:

Criação da OBAN -
Operação Bandeirante

1969:

Instalação da Operação
na Rua Tutóia, 921



Foto: Núcleo Memória - Divulgação/Imagem de Arquivo

1970

SET. 1970:

Formalização da OBAN
como Destacamento de
Operações de Informações
do Centro de Operações
de Defesa Interna (DOI-
Codi) em São Paulo

OUT. 1970:

Major Carlos Alberto
Brilhante Ustra
assume o comando
do DOI-Codi/SP

1974

1974:

Até dezembro de 1974,
mais de 3 mil pessoas
estiveram no DOI-Codi/
SP, 10 desapareceram e
28 foram assassinadas
nas dependências ou
por agentes do órgão

ENTRE 1970 E 1976:

Período de intensa repressão política durante
a ditadura militar no Brasil. Reestruturação e
ampliação do complexo estrutural do DOI-Codi/SP,
com o aumento do isolamento do complexo do
espaço público e construção de novos edifícios
para o serviço de investigação

1975

1975:

Intensa perseguição do
DOI-Codi/SP ao PCB
(Partido Comunista
Brasileiro)

OUT. 1975:

Assassinato do jornalista
Vladimir Herzog

1976

1976:

DOI-Codi/SP causa
a Chacina da Lapa,
assassinando Angelo
Arroyo e Pedro Pomar,
do PCdoB. O operário
Manuel Fiel Filho é
assassinado nas
dependências do órgão

1982

1982:

Encerramento oficial
das atividades do
DOI-Codi/SP



Foto: Evandro Teixeira/Arquivo IMS (1988)



Foto: Kairu (CPDOC - FGV)

2023

2023:

Início das atividades
arqueológicas no
prédio do DOI-Codi/SP

2021

2021:

Audiência de
conciliação no
prédio do
DOI-Codi/SP

2020

2020:

Núcleo Memória
começa programa
de visitas mediadas
ao DOI-Codi/SP



Foto: Núcleo Memória - Divulgação

2018

2018:

Criação do GT
Memorial do
DOI-Codi/SP

2014

2014:

Homologação do
tombamento do prédio
- Resolução SC-25
de 12/05/2014

1991

1991:

Devolução do
prédio pelo Exército
à Secretaria de
Segurança Pública

COMO AS MATERIALIDADES DO DOI-CODI/SP FORAM UTILIZADAS PARA REPRIMIR OS PRESOS?



Figuras 08a, 08b e 8c: Imagem de satélite do DOI-Codi/SP, com suas edificações numeradas e fotos das fachadas do Edifício 1 (acima) e do Edifício 2 (abaixo).
Fonte: Lemos (2019).

O DOI-Codi/SP era um complexo formado por várias edificações, como pode ser visto nas Figuras 08a, 08b e 8c ao lado. Mas aqui só serão discutidos os prédios 1 e 2 que serviram para detenção e tortura.

O Edifício 1, na época, já era ocupado pelo 36º distrito policial que cedeu sua carceragem e algumas de suas salas para usufruto do DOI-Codi/SP. Como as plantas baixas deste prédio mostram na Figura 9a, no 1º andar e nos fundos ficava a área da carceragem: composta pelas celas (5, 6, 9, 10 e 11), pela cela feminina (4), pela solitária (8) e por um pátio interno, com teto descoberto, que tinha um muro no meio que dificultava o contato visual e sonoro entre as celas posicionadas frente a frente, formando os corredores 3 e 7. O cômodo 2 era um alojamento dos agentes e o 13 era uma das salas de tortura. Já no 2º andar ficavam duas salas de tortura (16 e 18).

Analisando as plantas do **Edifício 1**, é possível perceber que esse prédio tinha uma espacialidade não distributiva, na qual os corredores funcionavam como pontos centrais de movimentação e, com isso, como locais de vigilância. Não à toa, os cômodos mais acessíveis eram justamente os corredores e o alojamento.

O fato de o alojamento estar perto da porta, que levava para o pátio do terreno onde havia os outros prédios, facilitava a movimentação dos agentes que não

precisavam circular pela área da carceragem para adentrar esse cômodo, além de servir como ponto adicional de fiscalização no corredor. Ou seja, os cômodos mais acessíveis eram aqueles que também garantiam a observação da movimentação.

As celas possuíam uma acessibilidade intermediária, o que facilitava o transporte dos presos, quando necessário. Isso também garantia o mínimo de isolamento para dificultar fugas e evitar o acesso de pessoas não autorizadas ao local. Já as salas de tortura eram os cômodos menos acessíveis.

O mesmo padrão espacial se repete no **Edifício 2** que foi o prédio principal desse órgão e que funcionou como espaço de detenção para os presos que deveriam ser isolados do restante da população carcerária e ficar escondidos, pois seus destinos eram incertos.

No **1º andar** ficavam o depósito de armas (3), a sala de identificação dos detentos (4) e o refeitório (1). No **2º andar** ficavam as salas de interrogatório, que também funcionavam como celas (9 a 12), um banheiro (13) e um cômodo amplo utilizado como enfermaria ou local de processamento de informações (7). No **último andar** ficavam as salas de tortura (16 a 18), dois banheiros (19 e 20) e outro cômodo amplo (15) ligado às atividades burocráticas e de inteligência.

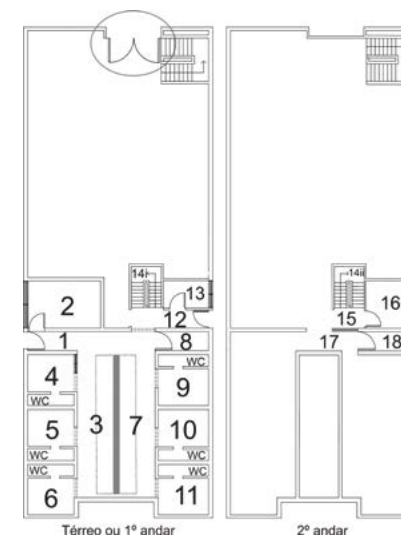


Figura 9a: Plantas baixas do Edifício 1 do DOI-Codi/SP com os cômodos identificados por ex-presos numerados.
No círculo vermelho está a entrada principal do prédio. Adaptado de: Lemos (2019).



Figura 9b: Plantas baixas do Edifício 2 do DOI-Codi/SP. Adaptado de: Lemos (2019).



Figuras 10a e 10b: Campos de visão dos cômodos 7 e 15, respectivamente, do Edifício 2 do DOI-Codi/SP.

Fonte: Lemos (2019).

Os cômodos mais acessíveis ficavam no 1º andar e eram mais expostos e visíveis para as pessoas que estavam na delegacia ou no pátio. Por isso, ali eram realizadas atividades que poderiam ser testemunhadas por qualquer um. Os cômodos localizados no 2º andar, em nível intermediário, já não eram visíveis para o público externo, e se tratavam das salas de interrogatório/celas. Os cômodos dos níveis mais profundos, em vermelho, ficavam no último andar e eram os mais isolados. Isso aponta que a restrição das pessoas que circulavam nesse andar era maior e explica por que ali foram instaladas as salas de tortura.

Além do prédio possuir uma espacialidade não-distributiva, com poucas rotas possíveis de movimentação e, com corredores funcionando como pontos de controle, as posições das portas dos cômodos 7 e 15 e dos banheiros (localizados no outro extremo dos corredores) facilitavam ainda mais a vigilância sobre o trânsito das pessoas. Isso se deve ao fato de que a partir das portas das salas 7 e 15, era possível visualizar facilmente quem entrava e saía dos andares (como mostram as **Figuras 10a e 10b** ao lado). abaixo). Além disso, os agentes, para irem ao banheiro, tinham que cruzar os corredores, passando na frente das celas e das salas de tortura de forma mais constante, o que devia desencorajar tentativas de fuga e tentativas de comunicação entre diferentes celas.

Enquanto as celas eram pequenas e, em algumas épocas, ainda tiveram suas janelas vedadas por Eucatex (segundo

determinados relatos), as salas 7 e 15 eram amplas e mais bem iluminadas e arejadas, já que possuíam mais janelas. Para completar, as celas ficavam uma do lado da outra, o que impossibilitava o contato visual entre os detentos e dificultava a comunicação sonora. Além disso, os agentes, posicionados no corredor ou no cômodo 7, conseguiam escutar qualquer tentativa de comunicação. Isso era importante porque ali ficavam os presos isolados, então o controle sobre a comunicação entre eles tinha que ser maior.

No Edifício 1, por causa do muro no meio do pátio e da vigília constante do carcereiro, a comunicação visual entre as celas era quase inexistente e a comunicação sonora era restrita, acontecendo de forma objetiva em pequenas frases. Ali, devido ao pátio, os prisioneiros ficavam expostos ao frio ou calor sem possibilidade de alívio significativo. As luzes ficavam acesas durante a noite, o que atrapalhava o sono. No caso da solitária, o escuro era completo, para causar desorientação espacial e temporal. Por outro lado, as outras celas podiam ficar lotadas, diminuindo a mobilidade e conforto dos presos. Esses locais, assim como no Edifício 2, eram imundos, malcheirosos e desprovidos de qualquer mobília. Quando muito, havia colchões velhos e sujos de sangue. A manutenção da higiene pessoal era limitante, principalmente no caso das celas do prédio 2 que não tinham banheiros, tornando os presos dependentes da boa vontade dos agentes. Nesse órgão, a alimentação também era precária, estratégia para enfraquecer os detentos. O terror estava sempre presente nos dois edifícios, com os gritos de tortura que podiam ser escutados por todos que estavam nas celas.

Por outro lado, também houve resistência no DOI-Codi/SP por parte dos detentos.

Para saber quem estava ou não nas celas do outro lado do pátio, no Edifício 1, ou para se comunicar visual/verbalmente, os presos subiam nas portas de grades para ver além do muro, desafiando a vigilância do carcereiro, e trocavam mensagens rápidas ou olhares. Quando alguém voltava da tortura, era cuidado pelos colegas de cela e, mesmo com represálias, sempre que possível, abraços e mensagens eram trocados nos corredores quando eles estavam sendo levados de um local para outro.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA?

Durante muitos anos no nosso país prevaleceu uma “**política de esquecimento**”, de silenciamento e de manipulação dos fatos ocorridos na ditadura militar. Essa política de “esquecimento” é consequência da chamada “**ideologia da reconciliação**”. Essa política teve início com a promulgação da **Lei da Anistia (lei 6.683/79)** que responsabilizou, de forma equiparada, tanto o Estado quanto os militantes pelos atos de violência política cometidos na época, estimulando uma reconciliação entre as partes e, com isso, o silêncio e o esquecimento. Essa noção perdurou por todos os governos democráticos, que buscaram o consenso por meio de suas ações políticas, silenciando pessoas, fatos e lugares. Além disso, a ideia de que a Lei da Anistia pudesse ser um ponto final, no qual toda história simplesmente seria esquecida, intensificou o trauma e dificultou a sua superação por parte das vítimas destes crimes, de seus familiares e companheiros. De uma forma mais ampla, a sociedade como um todo se tornou vítima da supressão de direitos, entre eles, o acesso à informação, à manifestação, o direito ao ir e vir, entre tantos outros. Isso também resultou na permanência de vestígios autoritários no período democrático, como a atuação violenta das forças policiais.

É por causa dessa política de “reconciliação” e “silenciamento” que a quantidade de lugares de memória da ditadura oficialmente reconhecidos no nosso país é ínfima. Os lugares de memória são espaços que têm a potencialidade de transmitir, por meio de sua materialidade, memórias de acontecimentos que não são mais reconhecidos pela sociedade ou pelos grupos sociais a eles envolvidos como parte do seu passado. Sendo assim, os lugares de memória da ditadura seriam memórias materiais (monumentos, memoriais etc.) das experiências traumáticas ligadas a esse regime que o discurso histórico oficial buscou silenciar e distorcer.

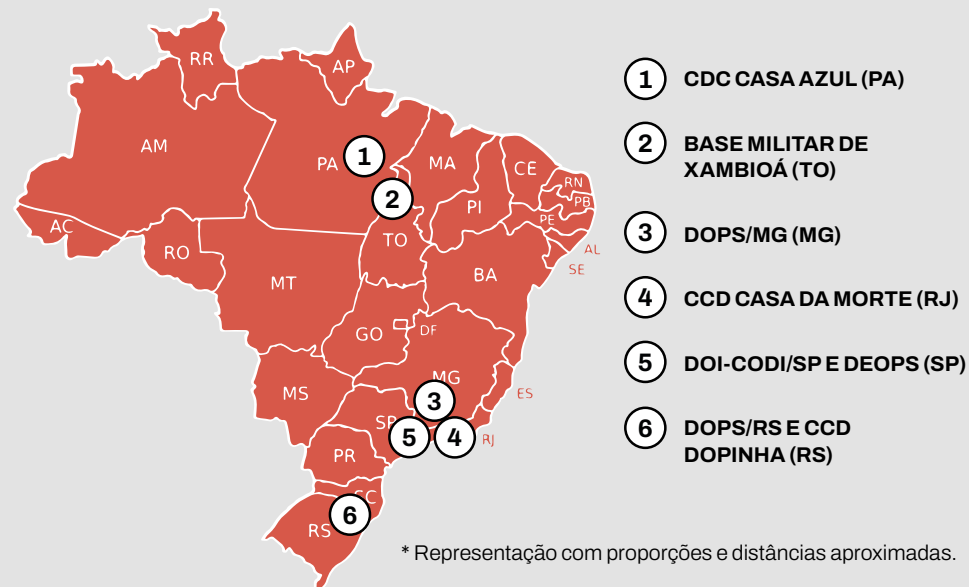
Se for considerado que a memória é inseparável das coisas que nos rodeiam, que ela é construída por meio dos lugares e dos objetos, desempenhando um papel crucial em processos de lembrança e de esquecimento, então a preservação da materialidade dos órgãos repressivos da ditadura, como as instalações DOI-Codi/SP, pode ser vista como algo crucial. Afinal, as materialidades relacionadas a eventos de abuso e agressão – como, por exemplo, os centros de detenção e os objetos encontrados em locais de conflito e campos de batalha – funcionam como mais uma fonte documental de informação sobre as experiências vivenciadas nesses contextos traumáticos, dando voz às diferentes memórias e narrativas que geralmente são destinadas ao esquecimento. E a Arqueologia da Repressão e da Resistência, que estuda as materialidades das ditaduras latino-americanas, pode desempenhar um papel fundamental nesse processo.

A **Arqueologia da Repressão e da Resistência** é uma linha de pesquisa dedicada a essas histórias não-oficiais relacionadas aos governos militares da América Latina; histórias que não são devidamente conhecidas e discutidas. Quando as materialidades desses regimes estatais são pesquisadas por arqueólogos, a relação delas com os eventos traumáticos de violação dos direitos humanos ganha visibilidade. A partir disso, são criadas memórias materiais dessas violações, que podem ser tocadas, experimentadas pelas pessoas. Essas memórias materiais são fundamentais para às vítimas e seus familiares, para os pesquisadores na construção de outras perspectivas sobre o tema, e na sensibilização da população para seu comprometimento ético, moral e legal de que essas histórias não se repitam. Ou seja, esse campo de estudo se volta para a construção de memórias materiais e de espaços de memória do Terrorismo de Estado e dos atos de resistência desses regimes.

Além do DOI-Codi/SP, que está sendo escavado neste ano, outros centros de detenção da ditadura militar já foram estudados na Arqueologia.

MAPA 02

CENTROS DE DETENÇÃO DA DITADURA ESTUDADOS PELA ARQUEOLOGIA NO BRASIL*



CENTROS DE DETENÇÃO E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

A tabela ao lado apresenta uma **categorização das pesquisas arqueológicas** realizadas em diferentes locais relacionados à ditadura militar no Brasil, destacando o período de funcionamento de cada local, o(a) pesquisador(a) responsável e a respectiva fonte acadêmica ligada a cada um dos estudos.

É importante mencionar que a tabela pode ser ajustada e expandida de acordo com a inclusão de outros locais de pesquisa arqueológica relacionados à repressão e resistência durante a ditadura militar no Brasil.

⁷ Fachada do imóvel que abrigou o CCD Dopinha. Fonte: Google Street View (2020).

⁸ Fachada do imóvel onde funcionou o CCD Casa da Morte, em Petrópolis.

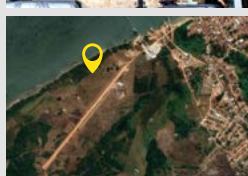
⁹ Fachada do edifício onde ocorriam as detenções e torturas no CCD Casa Azul, localizado no terreno do DNIT, em Marabá.

¹⁰ Prédio que abrigou o DOPS/RS em seu 2º andar. Fonte: Baretta (2020).

¹¹ Fachada do edifício principal do DOPS/MG. Fonte: Zarankin et al. (2020).

¹² No prédio principal deste órgão também ficou instalado, durante a década de 70, o DOI-Codi/MG, que atuou junto a ele na repressão política no estado de Minas Gerais.

¹³ Imagem de satélite com a localização da Base Militar de Xambioá definida a partir das informações coletadas em Souza (2019). Adaptado de: Google Maps (2022).



LOCAL	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO	ENDEREÇO	PESQUISADOR(A)	FONTE(S)
CCD Dopinha ⁷	1964-1966	Rua Santo Antônio, nº 600, em Porto Alegre (RS).	Jocyane Baretta e Matheus Bellé	Dissertações de Mestrado (2015 e 2017)
CCD Casa da Morte ⁸	1971-1973	Rua Arthur Barbosa, nº 50 (antigo 668-A), em Petrópolis (RJ).	Caroline Lemos	Tese de Doutorado (2019)
CCD Casa Azul ⁹	1972-1974	Km 01 da Rodovia Transamazônica, em Marabá (PA).	Caroline Lemos	Tese de Doutorado (2019)
DOI-Codi/SP	1970 e 1982	Rua Tutóia, 921 - Vila Mariana, São Paulo (SP)	Caroline Lemos	Tese de Doutorado (2019)
DEOPS/SP	1964-1983	Largo General Osório, 66, São Paulo (SP).	Caroline Lemos e Priscila de Sousa	Tese de Doutorado (2019) e artigo científico (2014)
DOPS/RS ¹⁰	1964-1982	Av. João Pessoa, nº 2050, em Porto Alegre (RS) (no 2º andar do Palácio da Polícia).	Jocyane Baretta	Tese de Doutorado (2019)
DOPS/MG e DOI-Codi/MG ¹¹	1964-1989	Avenida Afonso Pena, nº 2.351 ¹² , Belo Horizonte (MG)	Denise Costa; escavado pela equipe de arqueologia da UFMG, coordenada por Andrés Zarankin (2020)	Dissertação de Mestrado (2020) e Relatório de Atividades Arqueológicas (2020)
Base Militar ¹³ de Xambioá	1972-1974	A base se localizava entre a margem direita do rio Araguaia e uma pista de pouso/estrada de Xambioá (TO), hoje conectada à Rodovia Transbrasiliana.	Rafael de Abreu e Souza	Tese de Doutorado (2019)

Os dados apresentados evidenciam que as pesquisas arqueológicas desenvolvidas neste ano no DOI-Codi/SP não são uma iniciativa isolada. Elas fazem parte de um processo de amadurecimento e fortalecimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil que, apesar de recente, já se mostrou promissora e fundamental para a construção de um entendimento mais aprofundado do sistema repressivo da ditadura militar.

ESCAVANDO O DOI-CODI/SP

A partir da investigação arqueológica do complexo de estruturas do DOI-Codi/SP será avaliada a relação das materialidades deste centro de detenção com os mecanismos de repressão empregados pelo Estado e de resistência praticados pelos detentos. Em outras palavras, o objetivo é compreender o funcionamento desse aparelho repressivo. Para isso serão identificados e delimitados os espaços, estruturas e materialidades correspondentes à época de atividade do órgão, assim como as mudanças materiais que ocorreram ao longo do tempo no local. As atividades arqueológicas foram divididas em diferentes fases:

1) Levantamento de dados

Esta foi a etapa inicial da pesquisa, que consistiu no levantamento de fontes documentais, iconográficas, bibliográficas e orais (com coletas de testemunhos de pessoas que estiveram no centro de detenção em diferentes épocas) que podiam dar pistas sobre as configurações espaciais/arquitetônicas do DOI-Codi. Os dados coletados nesta fase foram de extrema importância porque foi a partir deles que as atividades realizadas nas etapas seguintes foram definidas.

2) Prospeção Arqueológica

Visitas técnicas foram realizadas no local para a construção de um registro detalhado bidimensional (com fotografias e croquis) de todas as suas estruturas edificadas. A partir deste registro, foram descritas e analisadas as características físicas superficiais e visíveis dessas construções arquitetônicas, como as dimensões, as texturas e colorações dos diferentes materiais de construção, de acabamento e de ornamentação, com a finalidade de identificar as técnicas construtivas e elucidar as diversas fases de (re)construção e utilização desses espaços.



Figuras 11a e 11b: Imagens do Georadar e Escaneamento 3D

Outra atividade importante de prospecção foi a utilização de Georadar para que possíveis estruturas enterradas e anomalias subsuperficiais fossem detectadas antes das escavações. Isso forneceu mais informações para a elaboração de um desenho preliminar das áreas a serem escavadas. Também foi realizado o escaneamento 3D de todo o edifício em parceria com a Leica.

3) Escavações Arqueológicas

As escavações que você testemunhou durante a visita ao DOI-Codi/SP foram planejadas de acordo com as informações obtidas nas etapas anteriores sobre as características dos espaços que abrigaram este antigo órgão estatal. Nesta fase, são realizados os registros dos objetos e estruturas escavados que permitem reconstruir a localização tridimensional desses materiais e, com isso, a relação entre eles (se são da mesma época, se foram utilizados em conjunto ou não, se serviam para funções similares ou não etc.). É a partir desse registro que serão analisados os padrões de estruturas e os artefatos das diferentes áreas, visando produzir conhecimento sobre as funcionalidades e as atividades cotidianas relacionadas à ocupação do DOI-Codi/SP ao longo do tempo.

Mas como esse registro arqueológico está sendo construído?



Figuras 12a e 12b: Foto de escavação de uma sondagem no Antigo DOI-Codi/SP (Foto: Tuanny Lima); Constituição do acervo dos materiais escavados no Lap/Unicamp.

Por meio de diversos recursos como:

a) Cadernos de campo: nesses cadernos os pesquisadores anotam todos os dados referentes a como, onde e quando estão sendo realizadas cada quadrícula ou trincheira arqueológica, bem como informações referentes à descrição dos objetos e estruturas encontrados.

b) Elaboração de croquis: desenhos que mostram a dispersão/distribuição vertical e horizontal dos objetos (com suas coordenadas espaciais) escavados em cada quadrícula ou trincheira arqueológica.

c) Câmeras fotográficas: servem para fotografar e filmar todo o processo de escavação e todos os objetos e estruturas encontrados em cada quadrícula ou trincheira arqueológica.

d) Laser Scan 3D: permite realizar, por meio do escaneamento, a documentação espacial em 3D de todas as estruturas materiais encontradas e pesquisadas durante as escavações.

Com a elaboração deste registro detalhado das intervenções arqueológicas, será possível coletar informações sobre as transformações das estruturas materiais do DOI-Codi/SP, suas diferentes utilidades, o processo de abandono e seus usos posteriores com outras funções. E são essas informações que vão fundamentar a construção de um entendimento aprofundado sobre o funcionamento do DOI-Codi/SP



ATIVIDADE 02

ANALISANDO IMAGENS: AS MATERIALIDADES DO DOI-CODI/SP NO PASSADO E NO PRESENTE



Figura 13a: Complexo do DOI-Codi/SP antigamente / Figura 13b: Imagem atual da entrada da rua Tutóia ao local onde funcionou o DOI-Codi/SP. Ela mostra a fachada do edifício onde ainda hoje funciona a delegacia do 36º Distrito Policial de São Paulo." Fonte: Google (2023).



Figura 14a: DOI-Codi/SP na década de 70. Foto de Sérgio Sade. Fonte: Memorial da Democracia.

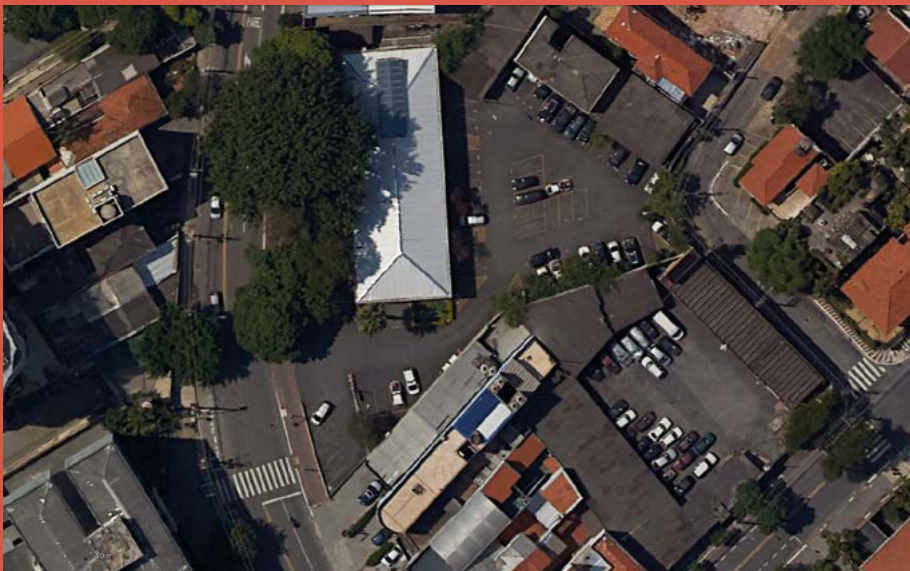


Figura 14b: Vista de cima do DOI-Codi/SP. Fonte: Google Street View (2023).



ATIVIDADE 02

ANALISANDO IMAGENS: AS MATERIALIDADES DO DOI-CODI/SP NO PASSADO E NO PRESENTE...

Compare as imagens anteriores e tente observar quais estruturas materiais presentes nas fotos da década de 70 não existem mais e quais não apareciam na época, mas agora estão presentes nas imagens de satélite atuais do local.

Considerando a presença/ausência de muros e guaritas, e que a delegacia que atualmente funciona ali não possui mais celas, responda:

01. Atualmente o acesso aos edifícios do antigo DOI-Codi/SP é mais fácil ou mais difícil? Por quê?
02. O que poderia explicar essa modificação na acessibilidade do local?
03. Para você, essa mudança de acessibilidade interfere na aparência do local e na forma como ele é percebido pelas pessoas que o frequentam? Por quê?
04. Quais os efeitos dessas modificações na construção de narrativas e memórias sobre o funcionamento de um dos centros de detenção mais violentos da ditadura militar neste local?



ATIVIDADE 03

DE OLHO NO PASSADO, NO PRESENTE E NO FUTURO:

Na sequência, apresentamos duas fotografias. A primeira registra a luta das mães de desaparecidos da ditadura, em 1974, no Congresso Nacional. A segunda documenta a luta das mães de filhos assassinados na chacina de Osasco, em 2019, em São Paulo.

Apesar das diferenças de contextos históricos, as imagens abaixo apresentam semelhança? E diferenças? Explique como essas duas realidades podem se relacionar com a busca por justiça e memória, e o impacto desses eventos nas vidas das famílias afetadas.



Figura 16a: Familiares de desaparecidos políticos protestam no corredor do Congresso. Ao centro, Márcia com o cartaz do irmão Fernando Santa Cruz. Foto: Orlando Brito. Jornal O Globo.

Figura 16b: Fotografia de mães de vítimas protestando na frente do Tribunal de Justiça de SP em 2019. Fonte: Arthur Stabile.



ESPECIAL

CORDÃO DA MENTIRA (2023), POR NAIR BENEDICTO

As imagens de autoria de Nair Benedicto registram mães que lutam por justiça. O **Cordão da Mentira** sai pelas ruas da Vila Mariana, em frente ao antigo DOI-Codi, sempre no dia primeiro de abril. É uma denúncia da impunidade dos torturadores, tanto do passado quanto do presente. Conecta as lutas por justiça das famílias que foram violentadas pela ditadura militar com as atuais que têm seus filhos mortos pelo aparato policial.

Seleção de imagens: Sônia Fardin



ANEXO 01

ALGUNS RESULTADOS SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Os trabalhos arqueológicos realizados em apenas duas semanas indicam o potencial social que as escavações arqueológicas no antigo prédio do Doi Codi possuem. Ao analisarmos os números apresentados ao lado, podemos destacar:

A presença expressiva de alunos e professores de escolas públicas da Educação Básica brasileira.

Adesão às visitas guiadas por parte de diferentes atores sociais no Antigo Prédio do Doi-Codi SP.

A busca por materiais como os Kits pedagógicos elaborados pela equipe da Arqueologia Pública.

O potencial formativo do doi codi no campo da pesquisa.

EQUIPES	Integrantes
Arqueologia Pública	8
Arqueologia - Escavação	4
Arqueologia Forense	8

TRABALHO VOLUNTÁRIO	Voluntários
Inscritos	96
Selecionados para Trabalho	21

VISITAS GUIADAS	Participantes
Público Geral	245
Fórum de Segurança Pública	5
Memorial da Resistência	9
UPPH	6
Jornalistas	22
Agentes e Funcionários da DDM	2
Procuradores, Promotores, MP	23
Arquivo do Estado de SP	2
Deputado	1
Vereadora	1
Núcleo Memória	3
Sesc	20
Ex Presos	18
TOTAL	357

Além da demanda social já indicada nas duas semanas de trabalho arqueológico, os resultados parciais das pesquisas realizadas também demonstram que muitas informações sobre o cotidiano do DOI-Codi/SP podem ser adquiridas por meio de intervenções arqueológicas. Mesmo se tratando de uma escavação arqueológica inicial, realizada para averiguar o potencial da área, centenas de objetos com funcionalidades diversas foram encontrados: pente de cabelo, vidros de perfume, vidro de tinteiro, sola de sapato, fragmento do piso de granilite etc. O edifício compreendido como “fonte primária de pesquisa” permite um processo contínuo de investigação, que inclui iniciativas de divulgação dos resultados e de elaboração de material didático/educativo.”

OFICINA COM AS ESCOLAS E UNIVERSIDADE	Participantes
Escola Técnica José Rocha Mendes	3
Escola MRSP (Leda - 07.08)	47
Escola Estadual Antônia Lucchesi	33
CIEP 495 ALBERTO DA VEIGA GUIGNARD	33
Escola MRSP (10.08)	49
UFOP	37
Total	202

OFICINA COM OS PROFESSORES	Professores*
05/08	8
12/08	9

OFICINA DE ARQUEOLOGIA FORENSE	Participantes
Inscritos	22
Participantes	15

MESAS DE DEBATE	Participantes
Mesa 02/08 (CPC)	26
Mesa 07/08 (SESC)	20
Mesa 08/08 (CPC)	14
Mesa 09/08 (CPC)	33

COBERTURA DA IMPRENSA	Quantidade
Menções	75
Coletiva	1

OUTROS NÚMEROS	Quantidade
Kits Pedagógicos Entregues	200
Camisas Doadas	100
Orçamento (CNPq)	100.000
Orçamento total da Unicamp	90.000



ATIVIDADE 04

EXPLORANDO VESTÍGIOS DO DOI-CODI/SP

O Doi-Codi SP é um local marcante da história brasileira. Durante as atividades de escavação em agosto de 2023, foram descobertos dois vestígios materiais significativos: uma meia calça encontrada no banheiro do térreo e inscrições na forma de um calendário no banheiro do andar onde ocorriam as torturas e sessões de interrogatórios. Vamos explorar e analisar esses vestígios para compreender melhor a vida e o contexto desse período.

01. CONTEXTO HISTÓRICO

Pesquise e descreva brevemente o papel do DOI-Codi/SP durante o período ditatorial no Brasil. Como este local estava relacionado aos eventos políticos da época? Qual era o seu propósito principal?

02. ANÁLISE DOS VESTÍGIOS

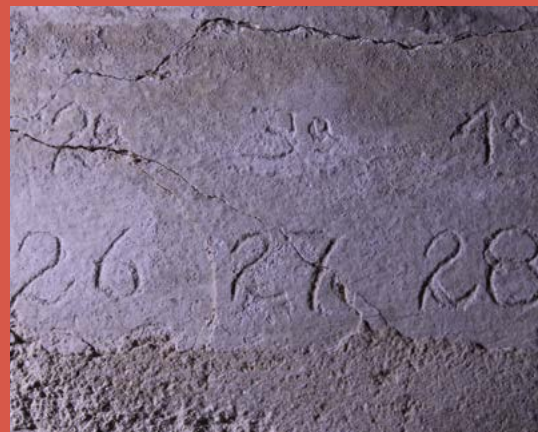
a) Meia Calça no banheiro do térreo:



Imagine-se como um arqueólogo. Descreva o que essa meia calça pode representar em termos de vida cotidiana. Quais informações ela pode elucidar sobre as pessoas que estavam no local?

Figura 14a: Meia-calça encontrada no banheiro do andar térreo do DOI-Codi/SP.

b)



Inscrições do Calendário no Banheiro:
Analise as inscrições do calendário encontradas no banheiro. O que você acha que esse calendário pode representar? Como ele pode estar relacionado com as práticas ou a atmosfera do local durante aquele período?

Figura 14b: Inscrições encontradas na parede do banheiro do 2º andar do DOI-CODI/SP. Foto: Tuanny Lima.

03. ETAPAS DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA

A análise arqueológica dos vestígios possui algumas etapas que são essenciais: 1) Documentação com fotos, vídeos e desenhos detalhados dos vestígios: faça um desenho das inscrições ou da meia calça. 2) Descrição de todas as características dos vestígios, como, por exemplo, suas dimensões, suas matérias-primas, suas cores e seu estado de preservação (identificando os possíveis danos que o vestígio sofreu como quebras etc.): descreva a meia-calça ou as inscrições. Depois de completar essas etapas, relate como elas te ajudaram a entender o vestígio escolhido: como ele foi fabricado, como e para que foi utilizado.

04. ÉTICA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Por que é importante preservar vestígios como esses do DOI-Codi/SP? Como a preservação desses objetos contribui para a compreensão da história e para a reflexão sobre os eventos do passado?

CONCLUSÃO

Reflexão final sobre a importância de estudar vestígios materiais para entender a história e a necessidade de preservar esses vestígios como forma de honrar a memória e promover a reflexão sobre o passado.

Esse exercício visa estimular os alunos a explorar diferentes aspectos históricos, sociais e técnicos dos vestígios encontrados no DOI-Codi SP, promovendo uma análise crítica e uma compreensão mais profunda do contexto histórico em questão.

GLOSSÁRIO

Arqueologia

Campo da ciência que estuda vestígios materiais relacionados ao ser humano. Esses artefatos podem incluir ferramentas, objetos cotidianos, elementos paisagísticos, construções e restos humanos. Através do estudo dessas materialidades, os arqueólogos procuram compreender diversos aspectos do passado, como a organização das sociedades, sistemas religiosos e as relações das pessoas com seu ambiente.

Democracia

Sistema político que garante aos cidadãos o direito à participação em assuntos diversos que afetam sua vida e a sociedade. A democracia tem como fundamento a liberdade de expressão, participação política e tomada de decisões por meio do voto, eleições livres, direito à expressão e manifestação, além do respeito aos direitos humanos e proteção dos direitos individuais e coletivos.

Ditadura

Sistema de governo onde uma pessoa ou grupo exerce o poder de forma autoritária e ilegítima, sem que o povo possa participar livremente das decisões políticas e sociais. As ditaduras são marcadas pela censura, perseguição política, violência e sucessivas violações aos direitos humanos contra os opositores do regime.

Direitos Humanos

Direitos básicos e fundamentais que todas as pessoas possuem, tais como direito à vida, liberdade de expressão, acesso à saúde, educação e justiça, independente de sua raça, religião, gênero, nacionalidade e orientação sexual.

Memória Coletiva

Refere-se às lembranças, histórias, tradições e conhecimentos compartilhados por um grupo ou uma comunidade. É uma forma de memória que vai além da memória individual de cada pessoa e abrange a memória de um coletivo, como uma nação, uma cultura ou um grupo social.

Racismo

Crença de que algumas raças são superiores a outras, resultando em discriminação, preconceito e tratamento injusto com base na raça de uma pessoa. É uma forma de discriminação que ocorre devido à cor da pele, origem étnica, características físicas ou ancestralidade de uma pessoa. A própria ideia de “raça” foi criada com esse objetivo discriminatório e, portanto, é uma categoria artificial.

Repressão

Termo utilizado para descrever ações ou medidas que são tomadas com o intuito de controlar, restringir ou impedir a expressão de ideias, opiniões, liberdades individuais ou atividades consideradas indesejáveis ou ameaçadoras por um governo, autoridade ou grupo de poder através de atos como censura, torturas, prisões e assassinatos.

Resistência

Ação de se opor ou se rebelar contra injustiças, opressão, discriminação ou qualquer forma de violência e violação dos direitos humanos. A resistência pode assumir diferentes formas, desde protestos pacíficos, manifestações e petições até a criação de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos de ativismo.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. 2002. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. Em: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio V. L. de; SWENSSON JR., Walter C.; LONGHI, Carla R. (Orgs.). O DEOPS/SP em busca do crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, p. 17-43.
- BARETTA, Jocyane R. 2015. Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985). Dissertação de mestrado: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 193 p.
- BARETTA, Jocyane R. 2020. Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985). Tese de doutorado: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 213 p.
- BAUER, Caroline S. 2007. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. Revista Ágora, n. 5: 1-31.
- BAUER, Caroline S. 2015. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. Anos 90, v. 22, n. 40: 115-152.
- BAUER, Caroline S. 2011. Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història.
- BELLÉ, Matheus F. 2017. Memória em conflito. Dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia. 141 p.
- BERTOZZO, Patrícia. Imagens de Anita: a construção visual da memória da “Heroína dos dois mundos”. Revista Brasileira do Caribe, [S. l.], v. 22, n. 42, p. 7–20, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/21723>. Acesso em: 31 jul. 2023
- BRASIL, Presidência da República. 2010. Habeas Corpus: que se apresente o corpo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 396 p.
- BRASIL: NUNCA MAIS. 1985. Projeto A. Tomo I. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo. 176 p.
- BRASIL: NUNCA MAIS. 1985a. Projeto A. Tomo V. v. I. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo. 999 p.
- BRITO, Ana Paula. 2017. Escrachos aos torturadores da ditadura. São Paulo: Expressão Popular. 160 p.
- CEMDP, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. 2007. Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 400 p.
- CNV, Comissão Nacional da Verdade. 2014. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. v. I. Brasília: CNV. 976 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. 2014a. Relatório: textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade. v. II. Brasília: CNV. 402 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. 2014b. Relatório Mortos e Desaparecidos políticos. v. III. Brasília: CNV. 1993 p.

COSTA, Denise N. B. 2020. Memórias de repressão, memórias de resistência: As marcas da ditadura no DOPS/MG (1964 - ?). Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Antropologia.

FECHER, Viviane. 2016. Onde a humanidade vence a barbárie: histórias de vida e direitos humanos no Memorial da Resistência. Jundiaí: Paco Editorial. 260 p.

FERRAZ, Joana Darc F.; CAMPOS, Lucas P. 2018. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. Cadernos de Sociomuseologia, v. 55, n. 11: 179-208.

GENARI, Elton Rigotto; CARVALHO, Aline V. de. Revisionismo, memória e ensino de história da Ditadura civil-Militar. In: ALMEIDA, Anita; SANTO, Jane; MUAZE, Mariana (orgs.). Na aula de história: ensino, práticas e debates contemporâneos. Porto Alegre, RS: Letra1, 2023, p. 165-187. Disponível em: <https://editoraleta1.com.br/epub/9786587422312/>.

GODOY, Marcelo. 2015. A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de seqüestro, tortura e morte da ditadura militar. 2ª Ed. São Paulo: Alameda. 612 p.

JOFFILY, Mariana. 2008. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 349 p.

KOPPER, Christopher. 2015. A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964 -1985 Uma abordagem histórica. Departamento de História Corporativa da Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger.

LEMONS, Caroline M. 2019. Arquetetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). Tese de Doutorado: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Arqueologia. 384 p.

LEMONS, Caroline M. 2016. Construindo “memórias materiais” da ditadura militar: a Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil. Revista de Arqueologia, v. 29, n. 2: 68-80.

LEMONS, Caroline M.; ZARANKIN, Andrés. No prelo. O desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil: avanços e desafios.

LIMA, Fernanda Luiza Teixeira. Luz e sombra: a lembrança idealizada das ditaduras militares do Brasil e do Chile: um estudo de caso do “Memorial da Resistência” e do “Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos” (1990-2018). 2022. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas.

LONGHI, Carla R. 2002. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. Em: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio V. L. de; SWENSSON JR., Walter C.; LONGHI, Carla R (Orgs.). O DEOPS/SP em busca do crime político. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, p. 55-119.

MAGALHÃES, Marion B. de. 2004. Documento: Manual do interrogatório. História: Questões & Debates, n. 40: 201-240.

MALPAS, Jeff. 2012. Building Memory. Interstices: Journal of Architecture and Related Arts, v. 13: 11-21.

NEVES, Deborah Regina L. 2012. Parecer Técnico UPPH nº GEI-256-2012. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. 173 p.

NEVES, Deborah Regina L. 2014. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 255 pp.

NORA, Pierre. 1993. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Em: Projeto História. São Paulo: PUC, v. 10, p. 7-28.

SELLIGMANN-SILVA, Marcio. 2017. Texto do curador HIATUS: a Memória da Violência ditatorial na América Latina”. Projeto Hiatus: a (des)memória das ditaduras na América Latina hoje. Acesso em 11 de julho de 2023. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2017/10/hiatus-a-memoria-da-violencia-ditatorial-na-america-latina-marcio-seligmann-silva/>

SOUZA, Priscila Paula de. 2014. Memória, objetos e edifícios: uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o DEOPS/SP. Revista de Arqueologia Pública, Campinas, v. 8, n. 2[10]: 196-211.

SOUZA, Rafael de A. e. 2019. A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. 417 p.

TELES, Janaína de A. 2001. Apresentação. Em: TELES, Janaína de A. (Org.). Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? 2ª Ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 9-15.

TELES, Janaína de A. 2011. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 519 p.

TOLentino, Marcos; VICTOR, Tuanny Lima Las violaciones a los derechos humanos cometidas durante la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985). Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales. N16, Julio 2022, pp.109-142. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/6020/6374>.

VIEIRA, Allana M.; NEVES, Teresa Cristina da C. 2015. Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe. *Ipotesi*, v. 19, n. 2: 42-52.

ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo A. 2008. “Eternal Sunshine of the Spotless Mind”: Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South America (1960–1980). *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, v. 4, n. 2: 310-327.

ZARANKIN, Andrés; LEMOS, Caroline M.; COSTA, Denise N. B.; CRUZ, María Jimena; CARVALHO, Flora V.; CASTRO, Maria Antônia de O. 2020. Pesquisa arqueológica para subsidiar a musealização do antigo DOPS-MG: leituras da repressão e da resistência. *Relatório*. 262 p.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Claudio. 2008. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). Em: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. dos. (Orgs.). *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960 -1980)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, p. 183-210.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. 2012. “Todo está guardado en la memoria...”; Reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). Em: ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa; PEROSINO, Maria Celeste. (Eds.). *Historias Desaparecidas; Arqueología, violencia política y memoria*. Córdoba: Brujas, p. 11-21.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. 2008. Después de la tormenta. *Arqueología de la represión en América Latina*. Complutum, Madrid, v. 19, n. 2: 21-32.

[ARQUEOLOGIAS] DOI - CODI / SP



SAIBA MAIS

Para saber mais sobre a repressão política, sobre a ditadura militar e sobre Arqueologia da Repressão e da Resistência, siga as seguintes páginas no Instagram:

@arqueodoicodisp
@historiadaditadura
@memorialdoi
@memorialdaresistenciasp
@nucleomemoria
@vladimirherzog
@lumecuritiba

Os seguintes sites também podem ser consultados com o mesmo objetivo:

www.cnv.memoriasreveladas.gov.br
www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br
www.www.gov.br/participamaisbrasil/cemdp
www.memoriasdaditadura.org.br
www.www.nucleomemoria.com.br
www.memorialdaresistenciasp.org.br
www.memorialdademocracia.com.br
www.lumelugardememoria.com

Para mais dúvidas, entre em contato com
lap@unicamp.br

CRÉDITOS DAS IMAGENS DA CAPA:

Foto do DOI-Codi/SP: Deborah Neves, (2018).

Foto da Passeata dos Cem Mil: Evandro Teixeira/Acervo IMS (1968)

Foto de soldados em manifestação no Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Correio da Manhã (1968)

[ARQUEO]

DOI-CODI/SP

FINANCIAMENTO



REALIZAÇÃO



APOIO

